



AÇÃO COLETIVA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO HAITI: UM INCENTIVO PARA IMPULSIONAR A RETOMADA DA SOBERANIA ALIMENTAR

COLLECTIVE ACTION AND THE DEVELOPMENT OF FAMILY AGRICULTURE IN HAITI: AN IMPULSE TO PROMOTE THE REESTABLISHMENT OF FOOD SOVEREIGNTY

Ethol Exime 1
Nelza Mara Pallú 2
Clério Plein 3

Resumo: O presente artigo de ensaio teórico procura debater a ação coletiva na perspectiva da agricultura familiar, abordando os temas da Teoria da Ação Coletiva e suas referências. Outrossim, construindo uma discussão que abrange as dez qualidades da agricultura familiar segundo Jan Douwe van der Ploeg (2014), no contexto haitiano, Desenvolvimento da agricultura familiar e a sustentabilidade, com intuito de discutir a perda da autonomia e soberania alimentar dos países emergentes, principalmente no caso haitiano. Concluiu-se com duas inovações e contribuições para agricultura familiar haitiana, referiu-se a duas novas qualidades: A primeira, “é a reconstrução da estrutura das bases culturais” e a segunda é “a retomada coletiva autônoma da soberania”.

Palavras-chave: Ação Coletiva. Sustentabilidade. Desenvolvimento da Agricultura Familiar

Abstract: This theoretical essay paper attempts to discuss collective action from the perspective of family farming, addressing the themes of the Theory of Collective Action and its references. Additionally, building a discussion that covers the ten qualities of family farming according to Jan Douwe van der Ploeg (2014) in the Haitian context, Development of family farming and sustainability, in order to discuss the loss of autonomy and food sovereignty of emerging countries, especially in the Haitian scenario. It concludes with two innovations and contributions to Haitian family farming, it referred to two new qualities: The first quality, “is the reconstruction of the structure of the cultural bases” and the second is “the collective autonomic return to the sovereignty”.

Keywords: Collective Action. Sustainability. Development of Family Farming.

-
- 1 Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6625475854634247>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6962-8088>. E-mail: eeetholl@hotmail.com
 - 2 Doutora, em Letras (UFPR). Mestre em Educação (UEPG). Professora de Língua e Literatura Inglesa do Curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1669145986357404>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6296-9130>. E-mail: nelzapallu@gmail.com
 - 3 Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE (Câmpus de Marechal Cândido Rondon). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4958851752576901>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7235-9771>. E-mail: clerioplein@gmail.com
- 

Introdução

Segundo a organização das Nações Unidas (ONU), a agricultura familiar é responsável por 80% dos alimentos produzidos no mundo, conseqüentemente os países que não conseguem ter uma produção suficiente para manter um equilíbrio a respeito do balanço alimentar, acaba dependendo da importação de produtos básicos de outros países, um fato que impulsiona fortemente a fome e pobreza nestes países, principalmente no cenário haitiano, já que até 75% da população no meio rural vive na pobreza. O país mergulha na miséria há muito anos, não consegue manter uma estabilidade econômica mesmo com ajuda internacional, através das cooperações internacionais, ações coletivas, envolvendo os projetos na área da agricultura familiar (ONU, 2018).

Referente a questão da ação coletiva, o país desenvolveu um plano para o desenvolvimento da agricultura até 2025, no qual vários outros países participam diretamente como apoiadores a esse plano, e também instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

De acordo com Vivas (2011), o problema da produção agrícola para diminuir a fome em países emergentes, começou de fato a preocupar os países a partir da década de 80. Alguns por problemas climáticos, como a falta de chuvas e fortes tormentas, que podem ser consideradas como contribuintes. No Haiti a situação não é diferente, mas o problema vai além disso. Em 1970, os países que possuem dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, foram praticamente obrigados a negociar estas dívidas por meio de condições impostas pelas entidades. Esses novos cenários de quitação de dívidas forçadas impactam diretamente a agricultura nos países emergentes como no Haiti.

Nessa conjuntura, esses países passaram a depender de alimentação por meio da importação, porque a partir das exigências das entidades mencionadas antes, os países emergentes foram praticamente obrigados a permitir entradas de produtos subsidiários para o mercado interno, políticas de liberações comerciais sem controle, com intuito de evitar a fome. Portanto, os países ainda poderiam lutar para suas sobrevivências, mas essas medidas implicaram em concorrências desleais, pois as empresas agroindustriais simplesmente diminuíram os preços, uma situação que gerou a desvalorização das moedas locais, fazendo com que os produtores desistissem das suas produções (VIVAS, 2011; EXIME; PALLÚ; PLEIN, 2022).

No caso do Haiti, que é nosso foco de discussão neste trabalho, é importante pontuar que, o país passou a depender, a partir da década de 80 até hoje, de importação de produtos básicos como arroz, para suprir as necessidades. O país perdeu sua soberania alimentar, ainda com dívidas internas e externas, as multinacionais norte americanas ainda continuam sugando o país, destruindo a produção agrícola, criando um problema maior que se resulta em limitações das ações governamentais. Nessa mesma lógica, quando o país consegue ter uma produção favorável, vem a questão dos preços locais, os produtores muitas vezes são obrigados a vender os seus produtos locais a preço de custo ou abaixo dele. Esta situação faz com que aumente mais a fome no Haiti, contudo, parece que o país precisa urgentemente de um plano comercial ousado para a recuperação da sua soberania alimentar (VIVAS, 2013; EXIME; PALLÚ; PLEIN, 2022).

Neste artigo trazemos uma discussão a respeito da teoria da ação coletiva do Olson Mancur, formulada em 1956, que defende a ação coletiva como uma solução para as cooperações internacionais ou nacionais. Também se enquadram as cooperativas de produtos agrícolas que necessitam das características dessa teoria para crescer. Do ponto de vista de crescimento econômico, para o desenvolvimento a teoria traz a colaboração entre pessoas como um fator vital para o progresso de uma sociedade. Dessa maneira, julgamos que a teoria da ação coletiva pode ser utilizada como “pano de fundo” para fomentar o debate sobre as 10 qualidades da agricultura familiar do Ploeg (2014) no contexto haitiano.

A Teoria da Ação Coletiva

Entende-se por ação coletiva o Olson (1999), a união de pessoas com o mesmo interesse grupal, com intuito de trabalharem juntas para alcançar feitos e metas individuais, por acreditarem

que coletivamente possam realizar o que seria impossível individualmente. Mesmo estando em grupo, cada pessoa necessita de um esforço pessoal individual para que o grupo chegue ao objetivo proposto (OLSON, 1999).

A Teoria Ação Coletiva do Olson Mancur, formulada em 1956, tem como base a união entre o povo, dos seus interesses individuais, ao qual pode vir a moldar uma sociedade por meio da cooperação, com a finalidade de trazer soluções para os problemas econômicos. Embora existam abordagens diferentes a respeito da teoria em questão, entretanto prevalece um consenso de que a estratégia da união dos indivíduos para obter benefícios, pertencendo a um grupo que realiza ações em conjunto é uma ferramenta eficaz (WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016; OLSON, 1999).

No entanto, existe ainda resistências a respeito da ideia de colaboração entre os indivíduos, principalmente se tiverem membros com perfis econômicos superiores aos outros. Essa resistência deve-se a preocupação de ganhos e de privilégios relacionada à contribuição econômica. Em função disso, na ação coletiva, cada membro tende a analisar a sua participação de acordo com o seu interesse individual. Quando há permanência da não contribuição do grupo, os impactos negativos são nítidos, afetando a economia (GAMARRA; VERSCHOOREB, 2015; WILLER, 2009).

Olson (1999) defende que para que seja possível a cooperação é necessária uma ação coletiva dos membros da comunidade, que pretendem unir forças para obterem mais vantagens individuais por meio do grupo. Um movimento social pensando em bem-estar é de fato uma resposta aos problemas mencionados anteriormente. É com esse espírito que foi escolhida a Teoria da Ação Coletiva de Mancur Olson, para sustentar a ideia que o desenvolvimento econômico e social é viável. Além do mais, a sua preocupação refere-se à colaboração de vários indivíduos, assim colocando a ideia de coletivismo acima do individualismo. Com esse processo bem sucedido e o trabalho em grupo alcançando seu propósito, causará impacto direto na economia.

Na circunstância grupal é muito mais fácil se unir mediante um objetivo em comum, com intuito de alcançar um propósito numa sociedade que pode ser uma cooperativa ou uma associação, principalmente de caráter social, a fim de progredir e desenvolver o seu próprio local. Na teoria em questão podemos entender a preocupação do autor ao trabalhar diferentes grupos, como o grupo dos privilegiados e o dos intermediários (OLSON, 1999).

Quando se trata de um grupo privilegiado, é possível encontrarmos outras pessoas que “tomam carona” ou estão sendo beneficiados sem as devidas contribuições, mas a ideia da coletividade permanece, mesmo existindo esses casos. O autor entende que o membro que está disposto a arcar sozinho com os custos dos investimentos coletivos, terá certa vantagem futura e por isso terá uma fração de ganhos sobre o produto total do bem coletivo (OLSON, 1999).

A ideia dos grupos intermediários é a de que quando um membro deixa de contribuir, o próprio sentirá o efeito negativo. Em suma, não haverá carona como vimos no primeiro grupo. O autor denomina esse grupo como intermediário, para explicar a incerteza nos ganhos provindos das ações não coletivas da cooperação. A fórmula mais simples é: sem contribuição, sem ganhos, a participação simultaneamente dos indivíduos é o resultado final de cada um (OLSON, 1999).

A cooperação é possível, mas para ser bem sucedida são necessárias algumas regras básicas de convivência, algumas preocupações que cada indivíduo precisa ter para torná-la eficaz, e principalmente, conscientizar-se de que a ação coletiva é o melhor para todos, pois poderá haver benefícios tais como: ganhos econômicos e financeiros, aumento de receitas, poder de barganhas, compartilhamento de recursos, entre outros (WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016).

Nem sempre podemos ter uma cooperação integral por meio da coletividade porque existem interesses divergentes, muitas vezes o interesse das pessoas tem a possibilidade de demonstrar que elas não são tão cooperativas, que são capazes de lutar até de forma desonesta para se colocar em primeiro lugar. Assim, a ação coletiva mostra vantagens quando é aplicada para o bem comum, pois ao contrário, haverá também desvantagens (AXELROD, 2010).

A Teoria da Ação Coletiva entra em cena para contribuir, de modo a criar oportunidade que possa envolver todos os setores da economia por meio de espírito de parceria, trazendo à tona interesses de cooperações, permitindo possibilidade para que associações, instituições, governos, organizações e cooperativas de distintas características, se unam por meio de consenso, com objetivo em comum principalmente na área da agricultura familiar, que é um dos pilares da economia haitiana e brasileira. Para tratar a agricultura familiar a partir desta complexidade, discutiremos a

seguir as qualidades da agricultura familiar.

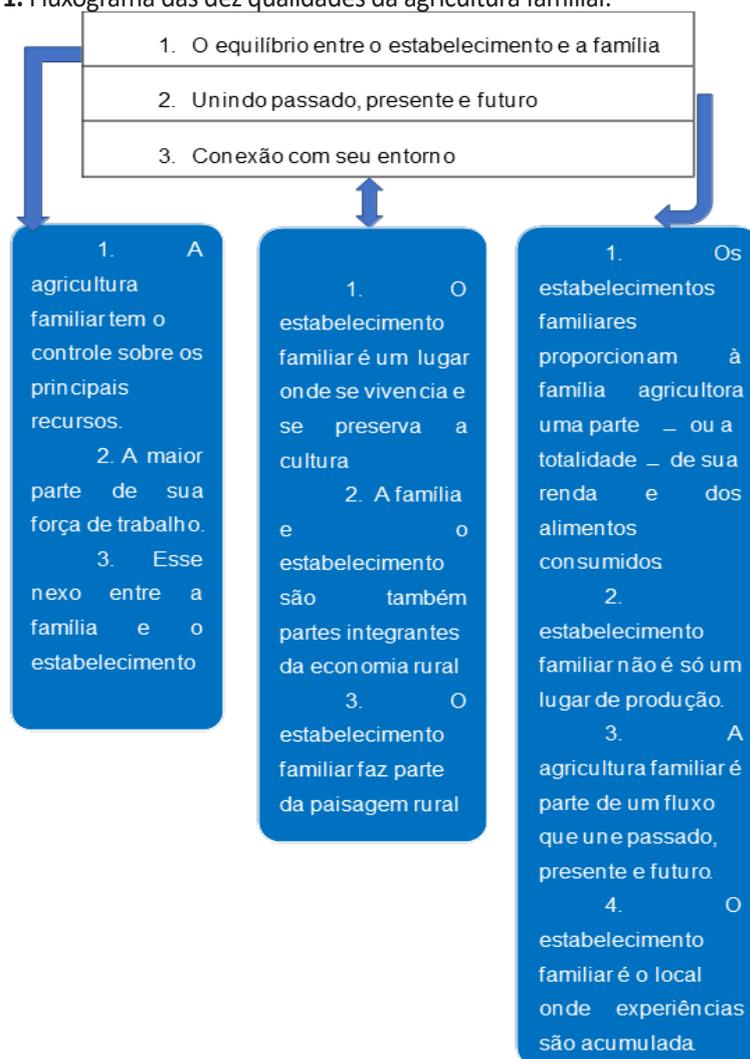
As dez qualidades da agricultura familiar do Jan Douwe van der Ploeg

Antes mesmo de trazer um debate sobre as dez qualidades da agricultura familiar, pretendemos esclarecer primeiro os motivos ou a principal razão da utilização do tema agricultura familiar e não a camponesa, conceito empregado por Ploeg (2009, 2008) nas obras “Sete teses sobre a agricultura camponesa” e “camponeses e impérios alimentares”. De fato, a escolha de usar agricultura familiar veio a partir da essência das discussões que envolvem o trabalho, também numa tentativa de buscar uma explicação comparativa entre a agricultura familiar brasileira e a haitiana.

A agricultura familiar não é apenas um negócio ou uma relação de compra e venda, mas é um caminho para que as famílias possam se sustentar e viver com qualidade de vida, evitando aumento da pobreza. A esse caminho, Ploeg (2014, p. 07) vai chamar “agricultura de pequena escala”, a qual se caracteriza quando “a família é proprietária da terra e que o trabalho é realizado pelos seus membros”.

A fim de enriquecer esse debate, busca-se a seguir apresentar as dez qualidades da agricultura familiar, dividida em três categorias e em forma de fluxograma (Figura 1). Essas qualidades são baseadas no pensamento do Ploeg (2014) e explicam a importância da agricultura para o desenvolvimento da economia em qualquer parte do mundo, em especial ao Haiti.

Figura 1. Fluxograma das dez qualidades da agricultura familiar.



Fonte: Adaptado do Levantamento das dez qualidades da agricultura familiar do Ploeg (2014).

As categorias apresentadas no fluxograma acima são as seguintes:

CATEGORIA 1:

- Qualidade 1. A agricultura familiar tem o controle sobre os principais recursos.
- Qualidade 2. A maior parte de sua força de trabalho.
- Qualidade 3. Esse nexos entre a família e o estabelecimento.

CATEGORIA 2

- Qualidade 1. Os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos.
- Qualidade 2. Estabelecimento familiar não é só um lugar de produção.
- Qualidade 3. A agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro.
- Qualidade 4. O estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas.

CATEGORIA 3

- Qualidade 1. O estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura.
- Qualidade 2. A família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural.
- Qualidade 3. O estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural.

No Haiti, a situação precária do meio rural e falta de uma soberania alimentar reforçam a importância das dez qualidades da agricultura familiar, e há alguns aspectos da agricultura atual do Haiti que podem se combinar com vistas a encontrar soluções para o problema de desenvolvimento da agricultura. A partir disso, usaremos as três categorias acima, quando nos referirmos às 10 qualidades da agricultura familiar. Em primeiro lugar, é preciso entender que no Haiti é difícil falar em equilíbrio, pois o mercado interno é desfavorável a qualquer esforço para viabilizar uma saída da crise.

Os problemas afetam a produção, diminuindo sua qualidade, o que leva a vender a um preço mais baixo que do próprio custo de produção. Para Vivas (2011), os problemas internos do Haiti resultam em aumento das dívidas, o que faz com que os agricultores tenham que sobreviver com o resto ou depender totalmente de produtos subsidiados de outros países, ampliando a pobreza familiar. Assim, **A Primeira Categoria** “O equilíbrio entre o estabelecimento e a família” é importante para discutir a agricultura familiar e está diretamente ligada à primeira qualidade “a agricultura familiar tem o controle sobre os principais recursos” que é um dos maiores desafios para os produtores haitianos.

Ainda nesta mesma perspectiva, a segunda qualidade “a maior parte de sua força de trabalho” está ligada ao investimento e dedicação do trabalhador na sua propriedade e para concluir esta categoria, a terceira qualidade “Esse nexos entre a família e o estabelecimento” assume função de equilibrar a renda com a necessidade de alimentar a familiar, outra qualidade que não funciona bem no Haiti por conta da perda total da autonomia alimentar desde 1980.

A Segunda Categoria é muito importante para este debate, pois remete aos motivos que contribuíram para o atual momento frustrante em que vive o país, devido a cobranças internacionais de dívidas entre os anos de 1970 a 1980. A maior dificuldade está na segurança alimentar causada pela perda da soberania, ou seja, na incapacidade de produzir e vender seus produtos no mercado interno e externo, levando a uma dependência das agroindústrias de países como Estados Unidos da América.

Este aspecto impactou fortemente a primeira qualidade desta categoria “Os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos”, neste caso em específico, as rendas dos agricultores haitianos passaram a depender totalmente do acaso pelo cenário da invasão dos produtos subsidiados. A segunda qualidade “estabelecimento familiar não é só um lugar de produção”, representa o povo haitiano no

que se refere a valorizar a terra e entender a sua importância. Normalmente, o lar é a propriedade, pela estrutura de distribuições de terra para culturas, que incentiva os agricultores a valorizarem esta qualidade.

A terceira qualidade “A agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro” e a quarta qualidade “O estabelecimento familiar é o local onde experiências são acumuladas”, vêm ao encontro dos significados da terra para os agricultores, as lembranças vividas na infância, o que construíam no presente. No caso do Haiti, o apego à terra é real e existe o aumento das expectativas para um futuro melhor, a partir de um plano para a recuperação da agricultura até 2025, sonhando, lutando para a retomada da soberania alimentar, como era antes de 1970.

A Terceira Categoria “Conexão com seu entorno”, considera que a agricultura familiar ou o estabelecimento não tem o único objetivo de renda dos agricultores, ela vai além disso ao se constituir como um esforço para criar um vínculo com a sociedade e com a comunidade.

As últimas três qualidades da agricultura devem ser analisadas, pensando nas ameaças internas e externas e nas possibilidades que podem ser criadas a partir disso. A primeira “o estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura” sucessivamente a segunda, “a família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural” e a terceira qualidade “estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural”, devem ser consideradas em face da atual conjuntura do Haiti, que depende de fatores externos maiores que a vontade dos agricultores ou dos governantes, o que torna a comunidade rural haitiana enfraquecida pelos impactos das medidas externas. A população haitiana desempregada não consegue comprar, e a que pode comprar acaba encontrando a possibilidade de comprar produtos industrializados de concorrentes, com preços mais acessíveis.

O vínculo com a comunidade fica em outro plano, e a comercialização com preços mais baixos que os produtos locais se torna uma ameaça externa desleal, causando um desequilíbrio na sociedade, além de diminuir a possibilidade de uma economia rural saudável para todos. Além disso, as ameaças internas relacionadas a problemas de cunho político, que afetam as decisões que são tomadas para beneficiar o povo, são intensas. O país vive mergulhado em dívidas, o que limita a formulação de políticas públicas efetivas para investimentos no meio rural. Por último, há as catástrofes naturais que destroem as plantações e apontam para necessidade de não apenas tentar solucionar os problemas, mas encontrar força para impulsionar a economia haitiana.

A importância da agricultura familiar é visível para qualquer economia, quando é conectada à ideia de cooperação e de ação coletiva. As cooperativas são comuns na área da agricultura e revelam a ideia otimista de maiores chances de trazer a liberdade econômica, aumentando a autonomia para as famílias que têm como sustento a produção agrícola (PLOEG, 2014). O que remete a uma produção para consumo interno da sociedade, quando não é suficiente, se veem obrigados a recorrer ao mercado externo, em busca de produto agrícola para suprir as necessidades básicas numa perspectiva alimentar.

Por fim, ao analisar a economia haitiana diante às qualidades da agricultura familiar, percebemos que algumas dessas qualidades não poderiam ser implementadas no Haiti, por falta de investimento no setor da agricultura.

Desenvolvimento da agricultura familiar e a sustentabilidade

Segundo Ploeg e Petersen (2009, p. 27), “até recentemente, a resistência foi geralmente conceituada como um fenômeno que ocorre do lado de fora das já bem estabelecidas rotinas que estruturam o trabalho e os processos de produção”. Ou seja, o impacto das decisões externas é de fato o que levou a decadência da agricultura familiar haitiana. Além disso, estes autores ressaltam que:

A resistência reside também na criação de novas unidades camponesas” em outra palavra nova unidade da agricultura familiar” de produção e consumo em áreas que em outras circunstâncias permaneceriam improdutivas ou seriam destinadas à produção em larga escala de cultivos

para exportação. Reside ainda na apropriação de áreas naturais pelos agricultores. Em suma: a resistência reside na multiplicidade de reações (ou respostas ativamente construídas) que tiveram continuidade e/ou que foram criadas, no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades (PLOEG; PETERSEN, 2009, p. 27).

A discussão acerca da resistência está ligada à compreensão de que os agricultores haitianos poderiam resistir, a colocar em andamento um plano de saída com a perda da soberania alimentar em 1980, e para criar uma unidade de produção tanto para consumo como para venda, certamente, precisaria de investimento. Até 2010, o país não tinha um plano estratégico que pudesse ajudar os agricultores a resistirem dos produtos industrializados de baixos custos (EXIME; PALLÚ; PLEIN, 2022).

Outra questão que impactou diretamente a não resistência dos agricultores é a falta de um plano de desenvolvimento em que os agricultores pudessem investir até 2010. Sem perspectiva para uma possível saída nessa conjuntura, deste então, o país continua dependendo de investimento internacional do mesmo Fundo Monetário Internacional (FMI) que justamente o obrigou, no início de 1970, a pagar as dívidas, deixando os cofres públicos sem fundo. Parte desse problema pode ser encontrada no relatório das necessidades da sociedade haitiana, publicado em 2020:

Um crédito de US\$ 229 milhões do Fundo Monetário Internacional (FMI), à taxa de 0% de juros, a serem desembolsados em três anos, anunciado em março de 2019, foi congelado devido à falta de aprovação do novo governo pelo Parlamento e a adoção do orçamento. O programa previsto para medidas de proteção social, tais como cantinas escolares e assistência doméstica, bem como a luta contra a corrupção e melhor governança. (Bureau des Nations unies pour la coordination des affaires humanitaires (OCHA, 2020, p. 11. Tradução nossa).¹

Este trecho do relatório humanitário ilustra o problema do país quanto aos aspectos que limitam os esforços para o desenvolvimento, que como já afirmado, são diversos: os agricultores precisam lidar com a invasão de produtos industrializados, com a falta ou a inexistência de crédito e as questões políticas que impulsionam a possibilidade de um colapso maior. Este cenário afeta também os esforços no quesito das cooperações internacionais, que poderiam ajudar o país com os projetos na área da agricultura.

As crises que assolam o Haiti, faz com que as discussões acerca do desenvolvimento pareçam mito. Mas a existência de esforço para tirar o país da miséria, a partir de um plano governamental até 2025, visa aumentar a qualidade da agricultura, trazendo investimentos para tornar a produção atraente e para suprir a necessidade interna de produtos (MARNDR, 2011)

Para manter este plano é necessário um esforço político, econômico e social que considere a importância da agricultura familiar e tome o meio rural como caminho de progresso para o desenvolvimento, aumentando a qualidade de vida dos envolvidos. No entanto, no caso do Haiti, é de suma importância lidar com as questões de mercado interno, criando um plano que englobe não apenas fatores de desenvolvimento da agricultura, mas que estabeleça regras e limites para entrada de produtos no país, para valorizar a produção, como aponta Ploeg (2008) a seguir:

1 Citação original. Un crédit de 229 millions de dollars US du Fonds monétaire international (FMI), au taux d'intérêt de 0 %, à décaisser sur trois ans, annoncé en mars 2019, a été gelé en raison de l'absence d'approbation du nouveau gouvernement par le Parlement et de l'adoption du budget. Le programme prévu pour les mesures de protection sociale, telles que les cantines scolaires et l'aide domestique, ainsi que la lutte contre la corruption et l'amélioration de la gouvernance.

Para enfrentar os grandes mercados, cada vez mais controlados e reestruturados por grandes impérios alimentares, muitos agricultores começaram a diversificar os seus processos produtivos de várias formas. Assim surgem novos produtos e serviços e, ao mesmo tempo, são criados novos mercados e novos circuitos de mercadorias (PLOEG, 2008, p. 175).

Segundo Ploeg (2008), a questão do mercado não é apenas uma estratégia para lidar com a complexidade, principalmente de desenvolvimento rural ou da agricultura familiar, mas também a capacidade de transformar insumos em produtos, usando os recursos disponíveis. Prosseguindo no caso haitiano, o trabalho deve ser iniciado na construção da autonomia como base para o progresso, como parte de um processo de reestruturação, formações e capacitações, além de buscar o crescimento sem fazer danos ao meio ambiente como fazem as grandes empresas. É importante contribuir para elevar o nível da produção não apenas em número, mas sem perder a qualidade.

Em relação à qualidade, é preciso saber usar os meios de produção para não afetar a natureza e evitar grande impacto nela. Nesse contexto, a agroecologia é um caminho possível, pois é uma agricultura sustentável amparada por políticas públicas, capaz de enxergar a desigualdade em diversos ângulos no contexto societário para o desenvolvimento.

No que se refere à resistência para lidar com os problemas externos, um dos fatores mais importantes é relacionar a sabedoria da cultura haitiana para ajudar na preservação do meio rural, criando uma revolução de autonomia pela soberania alimentar. O Haiti é como uma extensão mercantil onde o homem é o objeto, sem consideração de verdade pela vida humana (PINHEIRO, 2020).

Parte dos motivos que desencadeiam a crise haitiana está no pagamento das dívidas dos países emergentes, normalmente obrigados a efetuar compras que vão desde armas até tecnologias ultrapassadas, com o objetivo de contribuir para que os créditos sejam aprovados pelas instituições financeiras internacionais, como o FMI. Essas situações fazem com que países como o Haiti não possam investir em coisas que realmente podem impactar sua economia para impulsionar o desenvolvimento (PINHEIRO, 2020).

De ponto de vista da agricultura familiar, a agroecologia e a sustentabilidade seriam um caminho plausível pelo fato de que todas as tecnologias que entram no país são por vias mercadológicas, através de capital e não através de organizações culturais do trabalho, quer dizer, as relações entre trabalhadores e organizações (PINHEIRO, 2020). Uma produção agroecológica evitaria gastos extras ao usar como base a cultura, a estrutura de terra do país a fim de evitar a desigualdade e priorizar a sustentabilidade como a verdadeira economia.

O termo sustentabilidade surgiu na década de 70 por meio de ações da ONU. Segundo Boff (2016, p. 33), a sustentabilidade envolve a discussão sobre passivos e ativos, o passivo se refere a “equilibrar-se, manter-se, conservar-se sempre a mesma altura [...] sustentabilidade é em termos ecológicos, tudo que a terra faz para que um ecossistema não descaia e se arruine”. No caso do Haiti, a necessidade de cuidar da natureza é de suma importância para o meio ambiente e o caminho para um bom equilíbrio da vida humana, pois é praticamente inviável pensar em desenvolvimento da agricultura familiar com o meio ambiente se arruinando. Além disso, é preciso pensar em programas de implementação de crédito para suprir as necessidades da produção.

O sentido de ativo no conceito de sustentabilidade enfatiza a ação feita de fora para “conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsidiar, viver” (BOFF, 2016, p. 34). Trata-se de imaginar um mundo melhor para os mais vulneráveis no contexto internacional. No entanto, enquanto a ONU trabalhava a sustentabilidade, o FMI derrubava as economias dos países emergentes por meio do ultimato para quitação de dívidas, mesmo notando que seria um fracasso e um aumento da pobreza no mundo, pois os países seriam obrigados a fazer mais dívidas para tentar solucionar um problema criado pelo mesmo Fundo Monetário Internacional, criando uma dependência imensa.

Enfim, a questão da soberania alimentar tem um papel importante neste contexto por estar ligada à necessidade de garantia de financiamentos aos agricultores, para que possam impulsionar o desenvolvimento com juros justos e sem taxas desleais, para incentivar o mercado interno a

comprar e valorizar os produtos da agricultura familiar do seu país, da sua cidade e do seu bairro. A agricultura, dessa forma, é o ponto de partida para reverter situações de fome e pobreza, e agricultura familiar sustentável ou ecológica tem um papel ainda mais relevante. Porém, é preciso considerar os pontos agravantes da crise no país, que se iniciou em 1970, quando houve a perda da autonomia e da soberania alimentar.

Como podemos constatar, em 2019 o Haiti teve uma tentativa frustrante de empréstimo para lidar com os problemas sociais. Dessa forma, se faz importante lembrar que em 1970, o país foi obrigado a efetuar pagamentos como a maioria dos países em desenvolvimento. De fato, esta situação criou uma dependência maior, que existe até hoje. A soberania alimentar pode ser realizada principalmente ao dar acesso à financiamentos aos agricultores, créditos que possam adquirir para impulsionar o desenvolvimento, mas com condições de juros justos e que possam pagar. Assim, se faz necessária a tomada de decisão do governo para limitar a entrada de produtos com preços desleais, ainda incentivando o mercado interno a comprar e valorizar os produtos da agricultura familiar do seu país, da sua cidade e do seu bairro.

Considerações Finais

Ao iniciar esse trabalho, buscamos trazer e apontar os motivos que fazem os países em desenvolvimento, subdesenvolvidos ou emergentes passarem por dificuldades, desde os problemas financeiros que pioram as situações de fome e pobreza. A agricultura como ponto de partida nos remete a uma longa reflexão da realidade haitiana. Uma realidade em que a agricultura familiar tem um papel fundamental para uma nova era de diminuição de pobreza. De fato, seja agricultura familiar sustentável ou ecológica, deve-se considerar outros pontos agravantes da crise no país. Esses pontos, iniciaram em 1970, quando perderam a liberdade, a autonomia, a soberania alimentar, que destruiu de fato o sistema que ali existia.

Ora, o caminho para o desenvolvimento da agricultura familiar passa por tecnologias, respeito pela natureza e o meio ambiente, créditos para impulsionar e apoiar uma evolução para o progresso. Este caminho está ligado diretamente com o coletivo em cooperações, mas um coletivo que de fato demonstra a importância dos haitianos estarem juntos nessa tarefa, para lutar, resistir e perseverar das ameaças externas, como a dos preços desleais dos produtos industrializados. Talvez a industrialização não seria um problema, se fosse feita no solo haitiano com respeito ao meio ambiente, criando empregos, diminuindo a desigualdade, para que a fome seja extinta da sociedade, criando uma forma clara, justa e de oportunidades iguais para todos.

Diante do exposto, seria possível a primeira qualidade, “a reconstrução da estrutura das bases culturais”, visando o trabalho coletivo para impulsionar a cultura alimentar do povo que existia antes da invasão dos produtos industrializados, com intuito de valorizar a produção local. Mesmo reconhecendo a complexidade desta qualidade, pode ser possível a partir da união entre os agricultores, por meio da ação coletiva, buscar a valorização de mercados locais, feiras de produtores e vendas pelas comunidades, ou seja, a formação da estrutura da agricultura a partir das tecnológicas básicas disponíveis.

A segunda qualidade sugerida é “retomada coletiva autônoma da soberania alimentar”, que diz respeito à valorização dos interesses comuns, quer dizer, construir todos os relacionamentos entre produtores, mercados, instituições com as comunidades por meio da ação coletiva, priorizando e alavancando a não transporte de alimentos para evitar custos desnecessários. Quando todos os alimentos são produzidos na comunidade, cria-se um certo tipo de fidelidade de consumo nos mercados locais.

Por fim, foi possível apresentar essas duas qualidades extras da agricultura familiar, a partir das reflexões sobre as dez qualidades da agricultura familiar do Ploeg. Nesta conjuntura, essas duas qualidades extras podem ser possíveis por meio da ação coletiva, implementando uma série de ações por meio de interesse grupal nas associações, organizações, cooperativas, entre outras entidades, e permitindo pensamentos positivos para buscar uma transformação de objetivos individuais e coletivos, para fortalecer a comunidade e a sociedade haitiana.

Referências

AGROTÓXICOS, saúde e meio ambiente. **Direção de PPGDRS UNIOESTE**. Produção de Sebastião Pinheiro. 2020. Vídeo (187min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1WH2qfU9oXE>. Acesso em: 2 out. 2020.

AXELROD, Robert. **A Evolução da Cooperação**. Rio de Janeiro: Leopardo, (2010).

AYOUB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**: Vol. 24, Ed. 1. Colorado: Lynne Rienner. 2010.

Bureau des nations unies pour la coordination des affaires humanitaires (ocha). **Haïti aperçu des besoins humanitaires**. 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ha%20aper%20des%20besoins%20humanitaires%202020.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é - O que não é**. Revistas e ampliada. 5 ed. Petrópolis: vozes, 2016.

EXIME, Ethol; PALLÚ, Nelza Mara; PLEIN, Clério. **Desarrollo de la agricultura familiar haitiana: Dos cualidades nuevas para contestar la recuperación de la soberanía alimentaria**. DELOS: Desarrollo Local Sostenible, v. 14, n. 39, pág. 4 de 2021.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE, DES RESSOURCES NATURELLES & DU DÉVELOPPEMENT RURAL (MARNDR). **Politique de développement agricole 2010-2025**. 2011. Disponível em: http://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Politique_de_developpement_agricole-Version_finale_mars_2011.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **No Haiti, ONU investe US\$10,8 mi para recuperar produção agrícola devastada por furacão**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-haiti-onu-investe>. Acesso em 25 ago 2020.

Olson, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São paulo: Edusp, (1999).

PLOEG, J. D. Van der. **Dez qualidades da agricultura familiar**. Rio de Janeiro: AS-PTA, (2014).

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tradução de: The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization.

PLOEG, Paulo J. D. Van der Ploeg; PETERSEN, Paulo (Org.). **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%C3%A7%C3%A3o_futuro.pdf?sequence=1. Acesso em: 6 out. 2020.

VIVAS, Esther. Los porqués del hambre. **Revista Vinculando**, 30 jul 2011. Disponível em: http://vinculando.org/sociedadcivil/los_porques_del_hambre.html. Acesso em: 12 out. 2020.

VIVAS, Esther. Sans droit à manger. **Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif (PAPDA)**. Tradução Ataulfo Riera, 8 abr 2013. Tradução de: Sin derecho a comer. Disponível em: <http://esthervivas.com/francais/sans-droit-a-manger/>. Acesso em: 12 out. 2020.

WENNINGKAMP, Keila Raquel, & Schmidt, Carla Maria. **Teorias da Ação Coletiva no campo do agronegócio: Uma Análise a Partir de Teses e Dissertações (1998-2012)**. Desenvolvimento em

questão Unijuí, (Jul./set. de 2016). P. 307-343.

WILLER, Robb. **A status theory of collective action**. Researchgate, (2009). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228626810_A_status_theory_of_collectiv_action. Acesso em: 01 out. 2019.

Recebido em 11 de fevereiro de 2021.

Aceito em 12 de janeiro de 2022.